



Entrevista ao Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins

APRH: Os Recursos Hídricos e a Água estão na base de vários problemas e em relação aos quais se colocam vários desafios a longo, médio e curto prazo. Na sua perspectiva e do atual governo quais considera serem os mais significativos? Quais as estratégias que estão a ser equacionadas para os atingir e que metas se pretendem atingir?

Secretário de Estado do Ambiente, SEA: *Em termos nacionais os principais problemas e desafios na área dos recursos hídricos estão relacionados com a qualidade das massas de água, muitas vezes decorrente de descargas ilegais de águas residuais industriais ou de problemas*

de poluição difusa, a questão quantitativa decorrente de fatores climáticos e de episódios extremos de precipitação e seca, ausência de sistemática limpeza de margens dos rios e ribeiras. Em termos institucionais podemos referir que a perda de autonomia das ARH desarticulou um modelo global de gestão dos recursos hídricos, centrado nas bacias hidrográficas e em todos os principais atores e utilizadores do recurso.

As metas estão definidas na Diretiva Quadro da Água e em termos nacionais estão plasmadas nos instrumentos de planeamento, com particular destaque para o Plano Nacional da Água.

APRH: Qual o papel que os Recursos Hídricos nacionais desempenham numa estratégia de desenvolvimento económico e de coesão social e territorial? O governo pretende tornar efetivas as Associações de Utilizadores?

SEA: *As reflexões em torno de estratégias de desenvolvimento e coesão social e territorial terão de ter em linha de conta os Recursos Hídricos, pois estamos perante um recurso essencial à vida, mas que suporta toda a cadeia de atividades humanas, a agricultura, a agroindústria, atividades económicas em geral.*

O papel das associações de utilizadores, mas de uma forma geral, o envolvimento de decisores regionais e locais no âmbito das bacias será central para um adequado equilíbrio de interesses e para uma visão integrada dos valores ambientais e sociais a promover.

ORGANIZAÇÃO

APRH: A Lei da Água, Lei nº 58/2005, constituiu um progresso muito relevante na gestão dos recursos hídricos, nomeadamente na organização institucional desconcentrada, consubstanciada pelas Administrações de Região Hidrográfica e pelos Conselhos de Região Hidrográfica. Os modelos de governança, onde se inclui a atribuição de responsabilidades e competências, quer ao nível do governo central, quer de organismos regionais (ARH),

têm variado ao longo das últimas décadas. As alterações recentes melhoraram a eficácia em termos de gestão? Qual é efectivamente o modelo que é defendido pela actual governação?

SEA: Poderemos considerar que se conheceu um forte avanço conceptual ao valorizar a gestão dos recursos hídricos por bacia hidrográfica e também quando se imprimiu um modelo de gestão através das Administrações de Região Hidrográfica, assegurando autonomia administrativa e financeira e criando condições para envolvimento de atores através dos Conselhos de Região Hidrográfica.

A integração das ARH na Agência Portuguesa do Ambiente, prejudicou alguns dos objetivos dessa arquitetura institucional. Trata-se de matéria que poderá vir a merecer uma abordagem articulada com alterações de competências no modelo de gestão territorial.

O modelo a adoptar deverá resultar de uma reflexão serena que avalie as vantagens e constrangimentos dos anteriores modelos, sendo nossa convicção que, face à situação actual, uma maior autonomia das ARH e uma reforçada articulação institucional com órgãos regionais, nomeadamente as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais e autarquias locais poderá conduzir a melhores resultados.

MONITORIZAÇÃO

APRH: Um aspecto considerado crítico por vários sectores da comunidade técnica e científica é a monitorização dos recursos hídricos (questões relacionadas com a informação disponibilizada no SNIRH ou em relação à zona costeira, por exemplo). O que se pretende fazer para melhorar os aspectos menos positivos que são actualmente referidos?

SEA: Trata-se de matéria que assume contornos críticos, pois a informação de base, a relevância de históricos de informação, são instrumentos essenciais a uma gestão dos recursos hídricos. Portugal teve, em determinado período um sistema de informação na rede hidrográfica relativamente consistente, mas mercê de ausência de manutenção e conservação evidenciava em anos recentes uma situação que poderemos considerar longe do que se considera aceitável, matéria que foi evidenciada na elaboração do

Plano Nacional da Água e dos Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas.

Podemos nessa matéria manifestar satisfação com investimentos recentemente concluídos, que permitem voltar a dispor de sistemas de monitorização quantitativa e qualitativa das massas de água.

Espera o Governo promover investimentos de monitorização na orla costeira, por forma a assegurar, também nessa dimensão, um adequado nível de informação.

FUNDO AMBIENTAL / REGIME ECONÓMICO-FINANCIERO / PROGRAMAS

APRH: O Decreto-Lei n.º 42-A/2016 criou o Fundo Ambiental e extinguiu outros fundos. Sabendo-se que o anterior Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos apresentava alguns problemas de atribuição, gestão, acompanhamento e execução, como se pretende assegurar que as verbas deste fundo ambiental único e provenientes da taxa de recursos hídricos sejam aplicadas em prol destes?

SEA: A transparência de aplicação da taxa de Recursos Hídricos foi motivo de alguma controvérsia e vamos procurar criar uma sistemática informação sobre a forma como será aplicada.

Estamos numa fase de sistematização de procedimentos, que facilite a integração de dados da Agência Portuguesa do Ambiente, a partir das ARH, que integre de forma clara as alterações introduzidas na TRH e que nos facilite procedimentos de cobrança e controlo de todos os utilizadores.

Em 2018 existirão condições para tornar essa afetação mais clara, nomeadamente por tipologias de intervenção e também por território gerido por ARH.

APRH: O actual projeto de diploma que altera o Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de Junho, que estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos, propõe a criação de uma nova componente da Taxa de Recursos Hídricos (TRH): a componente S-sustentabilidade dos serviços urbanos de águas. Esta nova receita será consignada ao Fundo Ambiental, que por sua vez transferirá os montantes necessários

para os sistemas deficitários. Porquê criar esta nova componente associada à TRH e não incluí-la unicamente no tarifário dos serviços urbanos de águas? Sendo essa componente S um mecanismo de compensação dirigido aos territórios de baixa densidade ou a serviços não sustentáveis, não deveria estar incluído numa estratégia nacional mais ampla de melhoria da gestão desses serviços?

SEA: *A solução encontrada procura estabelecer um mecanismo universal, que penalizará usos menos eficientes dos recursos, nomeadamente sistemas que apresentem maiores perdas nos seus sistemas, na mesma linha penaliza níveis de tratamento de águas residuais menos exigentes em matéria ambiental, nessa medida está alinhada com preocupações de estratégia nacional.*

Por outro lado, em termos de captação dos respetivos valores, aproveita mecanismos que tem uma prática anterior que nos parece consolidada entre os principais intervenientes.

APRH: O Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos dispõe de uma dotação significativa para investimentos no setor da água e dos recursos hídricos, para proteção do Litoral e para adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos. Em 2017 concluiremos a primeira metade do período em que decorre este e outros programas criados para a operacionalização da Estratégia Portugal 2020 (2014-2020). Que balanço faz acerca da evolução e taxa de execução do PO SEUR no setor da água durante este período e que expectativas tem relativamente à taxa de execução e sucesso do programa até 2020?

SEA: *O Governo encontrou uma situação muito emperrada na implementação do POSEUR, por outro lado condicionada por opções negociadas com a União Europeia, que só poderão encontrar alterações numa futura reprogramação e nessa medida optou por dinamizar a utilização dos recursos disponíveis, num quadro de prioridades e alinhamento de políticas setoriais.*

A situação atual evidencia, ainda, uma taxa de execução relativamente aquém do desejável, mas o elevado número de candidaturas já aprovadas e os respetivos montantes, permitem antecipar

uma tendência para um crescimento significativo da taxa de execução em 2017, mesmo tendo em conta que em muitos casos a maturidade dos projetos das candidaturas era reduzido, como acontece nas fases iniciais dos quadros de financiamento.

No que respeita ao ciclo urbano da água, estamos muito empenhados em promover novos avisos e encontramos nas entidades beneficiárias, geralmente entidades gestoras, parceiros muito empenhados na execução física e financeira.

REGULAMENTOS / PLANOS

APRH: Para quando está prevista a publicação do novo regulamento tarifário dos serviços urbanos de águas e do novo Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais (componente pública)?

SEA: *Estamos perante documentos com fortes implicações para o setor e que não podem deixar de merecer ponderação, em particular o Regulamento Tarifário.*

Os regulamentos de natureza mais técnica, serão nesta fase documentos que integram novas realidades tecnológicas, reflectem de uma visão mais integrada, dando importância a soluções que ponderem a realidade territorial e organizacional.

Em 2017 serão promovidas as consultas públicas, recolha de contributos pluridisciplinares, podendo ocorrer a sua aprovação ao longo deste ano.

APRH: A segurança de barragens aguarda há anos pela publicação de alterações ao regulamento, que permitam um melhor enquadramento das barragens e a aplicação de um conjunto de normas adequadas. Para quando? O que vai mudar?

SEA: *Está seguramente para breve a publicação das alterações ao regulamento de segurança de barragens.*

APRH: Qual é/vai ser a posição oficial de Portugal face às intenções da CE de produzir um normativo sobre a reutilização de águas residuais tratadas, de modo a ser exequível em termos dos seus parâmetros analíticos?

SEA: *A publicação europeia em matéria ambiental coloca sempre uma maior pressão para a sua aplicação e desse ponto de vista pode reforçar algumas dinâmicas nacionais.*

Refiro no entanto que, em Portugal, existe um quadro de recomendações e exemplos de boas práticas que nessa matéria permitem fazer muito mais reutilização das águas residuais tratadas.

Vai ser dado um apoio financeiro a entidades gestoras que promovam soluções de uso das águas residuais tratadas e esperamos dessa forma fazer caminho no uso eficiente da água.

ESPAÑA

APRH: Ainda que esteja a ser cumprido o estabelecido na Convenção de Albufeira, a irregularidade dos caudais – nomeadamente no rio Tejo – traz graves consequências ao nível económico e em termos de erosão, de intrusão salina, etc. Como tenciona o governo atuar relativamente a esta questão? Quais são os principais desígnios a defender, na articulação entre Portugal e Espanha, no que se refere aos recursos hídricos?

SEA: *Tratando-se de matéria complexa haverá várias dimensões a ter em conta, por um lado as questões associadas a alterações climáticas deverão merecer crescente atenção, pois os resultados exigem políticas integradas e a mobilização de múltiplos atores, no que respeita a aspetos quantitativos e qualitativos associados à gestão de bacias internacionais teremos de assegurar estudos que acautelem posições sustentadas de relacionamento institucional com Espanha, mas teremos de fazer internamente um esforço de gerir melhor os recursos, onde a temática dos caudais ecológicos ganhará pertinência.*

Na dimensão técnica e política serão promovidas as regulares articulações, a circunstância de Espanha ter vivido um ano de 2016 numa solução governativa limitada não criou condições para grandes iniciativas, mas serão de esperar algumas iniciativas em 2017.

EVENTOS EXTREMOS / ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

APRH: O território nacional é ciclicamente sujeito a períodos de seca e, também, a inundações. Em relação a estas últimas foram

recentemente aprovados os PGRI mas, quanto a futuras secas, que ações preventivas pretende o governo implementar em Portugal? E que medidas de contingência podem ser tomadas?

SEA: *Portugal viveu em 2005 um ano de seca, com contornos complexos, tendo promovido um conjunto de medidas e iniciativas, através de um grupo de trabalho constituído para o efeito, que poderão e deverão ser revisitadas em situações similares, pois criaram as condições de compatibilizar os vários interesses em presença e evidenciar em uma articulação entre estruturas públicas e privadas, entre o nível local, regional e nacional, entre estruturas da administração pública dos principais ministérios envolvidos.*

Existem, portanto, mecanismos que sinalizam medidas a tomar, que permitem antever capacidade prospetiva de mobilizar meios e orientar iniciativas para lidar com riscos associados a secas.

APRH: Num país em que predomina o clima mediterrâneo, prevê-se que as alterações climáticas tenham forte impacto quer nos usos e necessidades, quer na disponibilidade de recursos hídricos. Quais as medidas que, neste âmbito, não podem ser esquecidas na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2014-2020?

SEA: *As medidas associadas à Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2014-2020, complementam-se e o sucesso será tanto maior, quanto maior a capacidade para prosseguir em todas as suas dimensões.*

A política de energia e a política de transportes, poderão ter uma dimensão mais relevante, mas gostaria de sinalizar que Portugal tem assumido uma tendência muito positiva face aos objetivos traçados, mas também face ao seu posicionamento no contexto internacional.

APRH: Futuramente, as alterações climáticas podem ter também um impacto na qualidade das águas superficiais e subterrâneas, o que pode ser um motivo extra de preocupação. Como pretende o governo abordar esta questão, sendo que ainda existem muitas massas de água cuja qualidade tem que ser melhorada?

SEA: A qualidade das águas em Portugal, tendo por referência a Diretiva Quadro da Água evidencia uma situação muito próxima da média europeia, mas temos um caminho importante a percorrer, de alguma forma a cobertura de serviços de coleta e tratamento de águas residuais urbanas melhorou significativamente, mas temos setores onde estamos confrontados com a necessidade de melhorar, as águas residuais industriais, os setores da agroindústria, a poluição difusa.

A melhoria da rede de monitorização foi um passo para reforçar critérios de prioridade de intervenção.

Vários municípios estão a promover Planos Municipais para as Adaptações às Alterações Climáticas, muitas entidades gestoras de serviços públicos de água dispõe de estudos sobre a matéria e assistimos a um crescente envolvimento da comunidade técnica e científica para o assunto.

Existem muitas iniciativas em curso, que estão alinhadas com essas preocupações e mesmo que não especificamente orientadas, acabam por determinar efeitos positivos para ultrapassar essas preocupações.

ENERGIAS RENOVÁVEIS

APRH: Qual é a aposta principal deste governo em relação às energias renováveis: reforço da energia hidroelétrica, das mini-hídricas, do vento offshore, da energia do mar? Que desafios se colocam nesta área?

SEA: A política de energia é conduzida pelo Ministério da Economia, em qualquer caso as políticas estão alinhadas com o reforço das energias renováveis e desse ponto de vista várias iniciativas do Ambiente visam reforço da energia solar, nomeadamente nas políticas orientadas para a habitação, nos transportes um conjunto de iniciativas para maior atratividade e uso dos sistemas públicos de transportes, incentivos para uso de veículos elétricos.

FINAL

APRH: A proteção e defesa dos Recursos Hídricos continuarão a ser uma preocupação deste governo?

SEA: Os recursos hídricos, a água em geral, constituem um tema central das políticas ambientais e por isso com a maior naturalidade se pode concluir que continuará a estar no centro das preocupações deste governo.